

## Política



JUSTIÇA DEFINE JURADOS AMANHÃ

Bolsonarista que matou petista vai a júri

Filiado ao PT, servidor público foi assassinado a tiros por policial penal



## DESGASTES EM SÉRIE

# Após ser alvo do Centrão, ministra da Saúde entra na mira do PT por gestão de hospitais

CARO SARTORI

carosartori@globo.com.br

**P**ressionada em diferentes momentos pela classe política, principalmente pelo Centrão para liberação de verbas, a gestão da ministra da Saúde, Nísia Trindade, enfrenta nas últimas semanas uma ofensiva sindical e de setores do PT do Rio por causa de uma portaria sobre os hospitais federais do estado. As unidades, que o partido influencia por meio de indicações para cargos de comando, tiveram funções transferidas para o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), que passará a centralizar compras, por exemplo.

Desde a publicação do texto, em 23 de fevereiro, a reação se deu em diferentes níveis. Houve nota da setorial de Saúde do PT contra a medida, movimento político em Brasília para manifestar insatisfação. A ministra e protesto do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social do Rio (Sindsprev-RJ) na sede do DGH. Com a pressão, Nísia adiou a implementação das mudanças, antes previstas para ontem. Ela entrará em vigor agora em 8 de abril, segundo retificação publicada no Diário Oficial.

O episódio é mais um na lista de embates. Partidos do Centrão, por exemplo, reclamam com frequência do suposto bloqueio de emendas por parte da pasta, que afirma usar critérios técnicos para a liberação do dinheiro. Na reforma ministerial do ano passado, o grupo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a negociar o comando da pasta, o que foi rejeitado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## RESPOSTAS 'INSUFICIENTES'

No caso mais recente, líderes de diversos partidos assinaram um requerimento de informações no qual perguntavam, por exemplo, os limites para os desembolsos de emendas parlamentares e para as transferências de recursos, que são feitas pelo próprio ministério.

Alados de Lira afirmam que ele considerou "insuficientes" as respostas da pasta sobre os critérios para o pagamento de emendas. Ao enviar à Casa informações relacionadas ao Fundo Nacional da Saúde, a pasta afirmou que utiliza critérios técnicos para os repasses. Entretanto, não houve detalhamento de cada uma das portarias utilizadas para a distribuição dos recursos da Saúde, como Lira solicitou. Uma equipe de técnicos, segundo interlocutores de Lira, começou a analisar cada uma das portarias, e há a possibilidade de que novos questionamentos sejam enviados a Nísia.

No caso dos hospitais federais do Rio, aliados da ministra viram na reação a digital do



**Pressão.** Nísia Trindade enfrenta uma ofensiva sindical e de setores do PT do Rio por causa de uma portaria sobre os hospitais federais do estado

## SOB PRESSÃO

Ministra da Saúde, Nísia Trindade, enfrenta uma série de desgastes desde o início do governo



**Compras unificadas**  
A partir de abril, as unidades hospitalares não terão mais o poder de efetuar compras, que serão centralizadas em um departamento. A medida desagradou o PT-RJ e provocou protesto de Sindsprev-RJ.



**Liberação de recursos**  
O ritmo de liberação de emendas parlamentares da Saúde, considerado lento pelo Congresso, é foco de reclamação no Legislativo. O ministério alega que as propostas apresentadas por estados e municípios passam por análise técnica.

deputado federal Dimas Gadelha, pré-candidato do PT à prefeitura de São Gonçalo, e do diretório fluminense de maneira geral. Entre os petistas, Gadelha é o que tem maior influência na rede federal.

Atual diretor-geral do DGH, Alexandre Telles foi avaliado pelo parlamentar e pelo partido antes de assumir o cargo, mas hoje é visto por eles como alguém avesso ao diálogo. Ao GLOBO, o deputado diz que é aliado de Nísia e que critica apenas a forma como as coisas estão sendo feitas pelo DGH.

— Sou da base da Nísia e



**Hospitais federais**  
A gestão dos hospitais federais já há a sua história de atrito no mês passado. Petistas do Rio reclamam de lentidão para a reabertura de leitos, enquanto entidades sindicais apontam sucateamento.



**Trava na nova portaria**  
O ministério entrou na mira novamente ao editar em dezembro uma portaria que, na visão de parlamentares, dificultou o repasse de verbas apadrinhadas por eles.

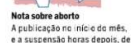
defendendo a portaria se ela for feita com debate, ouvindo a ponta. Sou contra a forma como tem sido implementada, sem diálogo. Precisa ter conversa e dar tempo para a implementação.

Na prática, entre outras alterações, a portaria faz com que a direção de cada unidade hospitalar perca o poder de efetuar todas as compras por conta própria. O DGH passa a realizar as aquisições de forma unificada, no atacado, o que proporciona descontos. Segundo interlocutores de Nísia, o novo modelo está em alinhamento com a nova Lei de Licitações, aprovada em 2021, ao promover uma melhor governança. Historicamente, os hospitais federais do Rio são alvo de denúncias de corrupção.

Em nota, o ministério diz que busca "uma gestão mais eficiente dos hospitais federais" e que a portaria faz parte dessa meta. "A medida garante que o DGH, por meio de estruturas jurídicas e regimentais adequadas, possa conduzir a gestão dos hospitais federais, unindo forças com servidores lotados nas unidades e com maior harmonia institucional", diz trecho do documento.

Ainda de acordo com a pasta, a portaria estabelece a gestão centralizada para aquisição de insumos hospitalares e contratação de obras, "que assegure o aumento do poder de negociação devido ao crescimento de escala das necessidades; além da diminuição do gasto com material e mais agilidade nos processos."

O PT, por sua vez, alegou após a publicação que foi surpreendido. "Recebi com imensa surpresa e decepção a carta dos Renomados Diretores dos Hospitais Federais do RJ sobre a publicação de uma portaria modificando a estrutura dos HFs (hospitais federais) e DGH que os desqualifica e desautoriza sobre suas gestões", diz trecho de



**Nota sobre aborto**  
A publicação no início de mês, e a suspensão horas depois, de uma nota técnica do Ministério da Saúde que mudava o prazo para a realização de abortos já previstos em lei foi explorada pela oposição, que a classificou como "agenda da morte".



**Pressão pelo cargo**  
Em meados de 2023, o Centrão pressionou para ampliar seu espaço na Esp-Ad e tentou demitir Nísia Trindade. Na época, a ministra recebeu apoio público do presidente Lula.

um texto distribuído em grupos de WhatsApp pela coordenadora estadual da setorial de Saúde, Fernanda Spitz.

Questionada pelo GLOBO, Spitz afirma que escreveu a nota após receber reclamações de cinco dos seis diretores das unidades federais do estado. E, assim como Dimas Gadelha, pontua que a oposição é aos métodos da gestão, não à ministra.

— Apoiamos muito o governo e a companheira Nísia. Porém, a portaria desorganiza hospitais sem nenhum estudo de risco, sem nada. A própria Nísia não sabia que tinha tudo sido feito dessa forma.

Ligado aos petistas, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social do Rio (Sindsprev-RJ) se reuniu na semana passada com o ministro das Relações Institucionais da Presidência, Alexandre Padilha, para pressionar contra a portaria. Na legenda de uma foto ao lado do ministro, uma dirigente sindical disse que pediu a intervenção dele. "Repulamos a Portaria que promove o esvaziamento da Gestão Hospitalar e o seu método de implementação pela Gestão de Alexandre Telles", escreveu.

Em janeiro, o deputado federal e vice-presidente nacional do PT Washington Quaquá chegou a classificar Nísia como "inoperante e frágil" e disse que ela não tem "o tamanho que o governo Lula precisa".

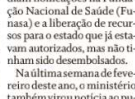
## COBRANÇAS

Desde o início do governo, Nísia tem sido alvo de cobranças, sobretudo do Centrão, por causa do pagamento de emendas. Ainda em meados do ano passado, Arthur Lira se reuniu com a ministra, no momento em que tentava obter o controle da pasta, para conversar sobre as reclamações dos deputados.

Entretanto, a dificuldade na liberação de emendas e a suposta falta de interlocução com o ministério com o Legislativo. Outro momento em que Nísia foi cobrada, mas de forma indireta, envolveu Padilha, a quem cabe a articulação política do governo. Em visita à Câmara, o ministro foi cercado por deputados federais do PSD do Rio que pediam nomeações na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a liberação de recursos para o estado que já estavam autorizados, mas não tinham sido desembolsados.

Na última semana de fevereiro deste ano, o ministério também virou notícia ao publicar uma nota técnica —suspensa horas depois—, mudando o prazo fixado pelo governo Bolsonaro para a realização de aborto nos casos previstos em lei. Com a medida, a gestão Lula entrou no alvo de setores conservadores, que passaram a espalhar de forma deturpada o teor do texto. (Colaborou Gabriel Sobrinho)

Mudança. Ministérios tirou dos hospitais federais o poder de efetuar compras



Entrada do Hospital Federal de Bonsucesso

Entrada do Hospital Federal de Bonsucesso